

O mecenas: responsabilidade social e projecção de uma imagem

José Teixeira

Boa noite a todos e obrigado pelo convite, embora a ele tenha resistido, pelo constrangimento que tenho, que devo ter. Não tanto por falar na primeira pessoa, o que facilmente se evitará, mas o mesmo não se poderá dizer da apresentação, justamente por não me poder tornar invisível e nessa medida não conseguir evitar um protagonismo que não tenho interesse em alimentar pela elemental razão de apenas ser, no momento, o veículo responsável pela direcção da empresa (Domingos Silva Teixeira – dst), identidade que não deve ser abstracta mas objectivamente a causa do referido convite. E será por aqui que devo iniciar esta minha comunicação, que tentei não ser maçadora. Verei se não encontrarei muitas bocas abertas, medida monitorizadora desta minha intenção e do sucesso da mesma.

Este ciclo de conferências sobre um Mecenas como o comendador Nogueira da Silva é oportuno, justo e, do ponto de vista da necessidade de evidenciar as virtudes de pessoas que têm este tipo de posicionamento, é estrategicamente aplaudível, na medida que é com estes exemplos que se poderá trazer mais ricos para a distribuição da riqueza que construíram, com a devolução de parte da riqueza aos sítios, personagens ou entidades representativas dos personagens e dos sítios – à sociedade que lhes permitiu criar riqueza é devolvida parte da riqueza criada a partir da comunidade.

Tinha prometido que não haveria primeira pessoa nesta conferência, mas este apontamento pessoal, que lhes rogo encarecidamente que me perdoem até por ter uma dose de novela mexicana com um tom pop, tenho de o fazer. É que tudo tem um início e mesmo uma conferência que não se queira *kitch* tem sempre de ter um início e até uma causa para confirmar o interesse da assistência.

No início, como um elemento que confirma as coincidências, eu conheci o comendador. Não o conheci pessoalmente, conheci-o a partir da sua obra, a partir do bairro a que deu o nome e aí fui confrontado com um sentimento, que não tendo conseguindo identificar, que me marcou pela grandeza do gesto que associei a uma pessoa muito rica e amiga dos pobres.

Foi em 1973 e coincidiu com o meu primeiro emprego na perspectiva empresarial familiar ou, como se dizia na época, com o trabalho nas férias que não era trabalho infantil. O meu pai possuía uma pedreira que tinha sido sua e depois não e depois sim, mas isso são contas de outro rosário, no Monte Picoto. Ora essa pedreira onde consolidei o gosto – iniciado aos seis anos numa outra pedreira, em Monte de Castro, a que tantos anos passados regresssei para, nessa pedreira «aberta» pelo meu avô, partir as pedras para construir o novo estádio de Braga, confirmando o regresso aos pontos de partida, e que confirmam partidas que não dominamos e cujas regras não conhecemos – onde consolidei o gosto, repito, de partir pedra e outros elementos da mesma dureza.

Ao lado dessa pedreira, onde tantos telhados partimos à força da pólvora granulada e da projecção da dura e pesada pedra e com pré-avisos de homens treinados para gritar “fogo”, sem que ninguém ligasse coisa nenhuma a esta voz autorizada, com competências reconhecidas e superiormente treinada a bagaço comprado na venda do bairro, que era um anexo de uma das casas existentes, existia um bairro que ora chamávamos de bairro dos pobres ora de bairro Nogueira da Silva. Eram casas iguais e casas diferentes. Um tinham uns anexos e outras não, que distinguíam os pobres ricos e os pobres pobres. Neste bairro existia uma escola que era a escola do bairro dos pobres, que estranhamente não chamávamos nunca a escola Nogueira da Silva ou escola do bairro Nogueira da Silva.

Perdoem, e é a segunda vez que faço este pedido, vamos ver daqui até ao fim quantas vezes o terei de fazer mais, o tom da descrição de aprendiz de

Dinis Machado ou de Mário Zambujal, mas este contacto sem contacto com este senhor por esta via marcou-me e eu, que gostei sempre de ser como as pessoas boas, sonhava em ser rico para que outros fossem menos pobres. Gosto, de resto, que tinha experimentado mais cedo, por volta dos nove anos quando ainda, por mera coincidência, os meus pais compraram uma casa, em Fraião, num caminho para a Falperra, que se dizia ter sido um dos refúgios ou casa de passagem do célebre Zé do Telhado. Pois deixou de ser meu herói o Robim dos Bosques, para o ser o Zé do Telhado. Debati-me então com a impossibilidade técnica de o imitar e dessa forma fazer a minha justiça distributiva pelo elementar *handicap* de, à época, não existirem assaltos legais. Constrangimento da minha garotice, quando bem mais crescido percebi que existem assaltos legais com nomes sofisticados como *offshores*, algumas técnicas de planeamento fiscal, lóbis e já menos os tráficos de influências que são assaltos fiscais menos legais.

Mas voltando à pedra e à pedreira do Monte Picoto. É curioso que nessa pedreira, do Monte Picoto, acabasse por ser construído um bairro, para uma etnia, puxada para as vistas do Monte do Picoto, que à míngua de outros substratos e talvez por serem tão ricos como os pobres do bairro dos pobres, os colocaram lado a lado numa cruzada de que agrupando a pobreza se reunirá a riqueza. Não deixa de ser curioso de avaliar se colocando a etnia cigana, que é uma entidade reconhecidamente temperamental, num espaço de uma pedreira não se quis unir a dureza a um ambiente duro como que desafiando quem partirá primeiro – como sei que a pedra não parte mas antes se racha, ou como dizem agora os arquitectos se cliva – prognósticos só no fim do jogo.

Arrumada a fase inicial, parto para o que me desafiaram. O mecenas e a responsabilidade social, para irmos por partes. Não existe produção de riqueza em que intervenha apenas o indivíduo, ou a empresa ou um grupo de empresas. A riqueza constrói-se a partir da sociedade em que estamos inscritos, em que alguém para ficar rico ou mais rico, outros o devam ficar também. Este conceito diverge do outro em que o indivíduo ou a organização enriquece em lugar de criar riqueza e este indivíduo é geralmente, ao contrário dos outros, um valente de um sovina em que o centro do mundo é o seu umbigo. Uma vez que a riqueza é criada a partir do engenho, da iniciativa dos projectos, do risco do empreendedorismo mas tem uma base social, é aceite nas sociedades modernas que

parte da riqueza volte à sociedade. Esta é a tradição anglo-saxónica e existem variadas formas de assim proceder.

O mecenato é a forma que tem identificado, a par da filantropia, o veículo das organizações e dos indivíduos para financiarem a ciência, a cultura, o ambiente e a componente social. Na medida do possível entendo que devemos investir mais na cana de pescar do que dar o peixe pescado. A forma como entendo o mecenato tem sido a de fazer parcerias para que quem recebe não sinta a doação como uma dádiva mas muito mais como uma alavanca, ao investimento da sua actividade, como uma ignição para pôr em marcha um projecto. Como a variedade de soluções e de opções de investimento é muito diversificada e porque os valores que envolvemos, no nosso caso assim como noutras organizações, foi ganho a partir de um conjunto de variáveis, mas também de constantes fixas, que são os nossos trabalhadores, entendo que devemos ter em conta este dado e, para sermos justos, com quem nos ajuda a criar a riqueza devemos ser criteriosos e devemos ter em atenção o valor que estes apoios vão gerar.

No nosso caso, apreciamos apoiar a Companhia de Teatro de Braga e verificar que esse apoio proporciona ou ajuda de forma significativa a realização dos objectivos da Companhia de Teatro. Que o nosso apoio à Feira do Livro permite que a realização da Feira se faça com a qualidade que é reconhecida. Que o Grande Prémio de Literatura, que é o maior prémio privado na área da Literatura, reconhece autores que trabalham o que de mais importante têm os povos que é a palavra. Que o nosso Prémio de Arquitectura permite distinguir os arquitectos que investem em bem escrever e no registo de imagens fotográficas, na qualidade do registo de imagens. Apoiamos escritores ou pintores, dando o que podemos dar em troca do que produzem os autores. Um artista plástico precisava de fazer arranjos na sua casa, tinha obras para vender e a nossa organização trocou as obras que executou por obras do autor. Ou o caso de uma jurista que não se enquadrava nos palcos dos tribunais, mas adorava fazer fotografia e precisava de alguém que lhe financiasse o mestrado na Holanda e em troca se disponibilizava a fotografar os nossos centros de produção e em consequência disso temos um conjunto de fotografias para colocar nos nossos espaços. Ou então um professor de uma Escola de Engenharia que foi eleito para Director da Escola e que quer fazer coisa novas mas não tem dinheiro

para as fazer e é desafiado para soluções criativas. O que é que a Escola tem para dar? Conhecimento. Pois bem, a nossa organização financia as obras e a Escola dá-nos um Mestrado para os nossos quadros superiores. E assim se fez a parceria e hoje temos, numa primeira fase, trinta e dois quadros superiores em pós-graduação. Ou ainda um excelente escultor português que vai representar Portugal na Bienal de São Paulo e que este ano tem um projecto que passa por visitar os principais museus europeus com uma escultura em cima de um Porche e que precisava de mais um sponsor. Muito bem. Em troca ficou de nos construir uma escultura para os nossos espaços.

Enfim, tantos outros casos de que valerá apenas salientar os doutoramentos que temos em curso na nossa empresa no âmbito da lei do mecenato e enquadrados nos projectos de investigação e desenvolvimento, ou dos apoios que permitem que algumas famílias tenham casa colaborando com a Habitat, para o qual temos um projecto em desenvolvimento que passa por substituir a pulverização de pequenos valores que damos por altura do Natal em lembranças que poucos se recordarão por um projecto social que beneficiará quem luta para conseguir o que por um pouco não consegue chegar lá – é essa ignição que pretendemos ser. Esta nossa atitude é porque entendemos que, como referia, parte da riqueza criada deve voltar à sociedade e nomeadamente aos que mais precisam e não desistem, aos que muitas vezes precisam apenas de um “empurrão” para porem em marcha a sua vida.

É neste entendimento que o Estado procura há muitos anos fazer com que os nossos ricos, com que os nossos empresários bem sucedidos sigam a tradição anglo-saxónica e invistam em projectos sociais, culturais, ambientais e científicos. Não tem sido fácil. Não existe a tradição, que é de natureza cultural, e os nossos ricos são na maior parte das vezes uns ricos burgessos.

Como a coisa não vai à custa de conversa, o Estado tentou que a coisa fosse à custa da lei. Veio a lei. Nada mudou. Quem financiava, financia, quem não financiava, não financia. A lei existente é uma despesa para o Estado. A lei está concebida para as grandes empresas fazerem planeamento fiscal e não chega ao universo empresarial massivo. Portugal, empresarialmente, é constituído por pequenas e médias empresas. As pequenas e médias empresas

não têm problemas de planeamento fiscal nem em tal ouviram falar. O que a maior parte bem conhece é como não pagar e esse é o seu planeamento fiscal conhecido.

A lei tem de mudar porque, à custa da aculturação do empresariado, estamos falados e esperaremos sentados. A lei não atrai. A lei deve mudar para o Estado dizer claramente, assumir sem complexos, que prefere um País culto, que prefere um País com conhecimento, que prefere quem tenha práticas ambientais sustentadas e que prefere empresas com preocupações sociais. O Estado deve discriminar positivamente quem tenha este tipo de atitude sem que isso acarrete qualquer custo para o Estado, enquanto promove na sociedade um ambiente que discrimine positivamente quem aposta nestas práticas e, simultaneamente, nas escolas deve promover uma educação em que este tipo de cultura seja evidenciado.

A abordagem do ponto de vista dos ganhos de imagem, por quem opta por associar à sua actividade esta forma pessoal (no nosso caso empresarial) de interagir com a base social, com a base comunitária onde está inscrito, é de uma latitude a perder de vista e que não é mais acompanhada porque falta mundo, porque faltam vistas ao empresariado português. A nossa experiência é garante de dois tipos de proveitos de valor só aparentemente intangível. Um, no interior da empresa. Outro, no exterior. E o primeiro ganha com o segundo.

A convivência com valores de partilha, com valores de solidariedade, com valores de cultura, com valores de conhecimento e com os valores ambientais induz uma forma especial de respeito, de consideração, de auto-estima *inter pares*. Criam-se códigos de cumplicidade e de grupo que extravasam os detalhes e eliminam o ruído na comunidade de trabalho. Permitem ouvir com distância, permitem relativizar a nossa importância individual, permitem posições mais racionais e independentes em que os objectivos do grupo saem facilmente a ganhar aos objectivos pessoais. Este tipo de convivência facilita que cada um tenha como adversário o eu de cada. Que os limites a vencer sejam os seus próprios limites. Que as marcas que estão desafiados a superar, a bater, são as suas próprias marcas. Este tipo de convivência, com estes valores, aproxima-nos da tolerância e de considerar o outro tão importante como o eu.

E esta forma de existir, que é uma forma cultural de existir, permite os tais ganhos recorrentes de competitividade e de eficiência. Quanto mais culta for a comunidade, mais bem formada será e por essa via mais produtiva o será também. Do lado exterior, que é o lado que nos paga, que é o lado que nos compra os nossos serviços e os nossos produtos, a imagem de uma empresa bem formada, de uma empresa culta, é uma vantagem sem par e do ponto de vista económico um valor para clientes cada vez mais saturados da mediocridade e do egoísmo.

Não encontro ninguém que não reconheça nestes valores um bom começo de negócio e quantos bons negócios a nossa organização fez só por ter esta prática cultural, social, ambiental e de proximidade com o conhecimento. Posso garantir que é o nosso cartão de visita. Posso garantir que quando um novo cliente ou parceiro ou Banqueiro nos visita, a conversa começa pelo espaço arquitectónico que temos, pelo enquadramento ambiental, pelos quadros que temos nas paredes ou as esculturas nos jardins, pelo jornal da empresa que está na recepção, pelo poema que a Regina de Guimarães nos ofereceu, que é o nosso ícone, ou pela poesia que oferecemos a quem espera na recepção e lhe é recomendado – «não espere, sirva-se de poesia.» Do ponto de vista da imagem, a nossa organização não seria competitiva sem a continuação destas práticas e isto é mais do que manutenção de uma imagem, é uma questão de sobrevivência.

Por fim, pode afirmar-se que esta imagem exterior produz no interior uma diferenciação da comunidade empresarial concorrente e este facto dá imenso gozo aos nossos colaboradores e a este seu chefe.

Agradeço e por aqui me fico antes que perca a clientela.